



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Maio de 2012

Boletim Informativo
N.º 10/2012

REUNIÃO:

- Plenário de
02/05/2012

<u>SUMÁRIO:</u>	(Pág.)
Listas Antiguidade	2
Comissões de Serviço	2
Destacamentos	4
Licenças	5
Requerimentos	5
Reclamações	6
Estágios	8
DIAP do Porto	8
Movimento de Magistrados	8

Presenças:

Presidente

Conselheiro Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José Matos Pinto Monteiro

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto José Pinto Nogueira, Euclides José Dâmaso Simões e Luís Armando Bilro Verão
- Procurador-Geral Adjunto Dr. António Paulo Barbosa de Sousa
- Procurador da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira
- Procuradores-Adjuntos Drs. Maria Isabel Varandas Fernandes, Catarina de Almeida Cavaco Elvas, José Carlos de Jesus Ferreira Fernandes e Antero José Morais Taveira
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Alfredo José Leal Castanheira Neves, Nuno Miguel da Silva Soares de Oliveira, André Filipe Oliveira de Miranda e José Manuel Vieira Conde Rodrigues
- Membros designados pela Ministra da Justiça, Dr. António José Barradas Leitão e Mestre Henrique Hilário Tavares Dias da Silva.

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

TABELA

LISTAS DE ANTIGUIDADE

1. O Conselho deliberou **aprovar** a Lista de Antiguidade de magistrados do Ministério Público, reportada a 31 de Dezembro de 2011, que consta em anexo.

COMISSÕES DE SERVIÇO

2. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Lic. **José Manuel de Carvalho Neves Leitão** vem exercendo no Supremos Tribunais (STA).
 O Conselho deliberou por unanimidade **renovar** a comissão de serviço em causa.
3. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Lic. **António Henrique Lourenço Farinha** vem exercendo no Supremos Tribunais (STA).
 O Conselho deliberou por unanimidade **renovar** a comissão de serviço em causa.
4. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Lic. **José Manuel Morais dos Santos Pais** vem exercendo nos Supremos Tribunais (Tribunal Constitucional).
 O Conselho deliberou por unanimidade **renovar** a comissão de serviço em causa.
5. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Lic. **António Manuel Rocha Ferreira Marques** vem exercendo nos Supremos Tribunais (Tribunal Constitucional).
 O Conselho deliberou por unanimidade **renovar** a comissão de serviço em causa.
6. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Lic. **Francisco Moreira Maia Neto** vem exercendo como Inspector do Ministério Público.
 O Conselho deliberou por unanimidade **renovar** a comissão de serviço em causa.

PLENÁRIO DE 02/05/2012

ANTIGUIDADE

COMISSÕES DE SERVIÇO

7. Renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Lic. **Alberto José Pinto Nogueira** vem exercendo como Procurador-Geral Distrital do Porto.

O Conselho deliberou, mediante escrutínio secreto, **não renovar** a comissão de serviço em causa, com 6 votos a favor da renovação e 9 votos contra a renovação.

8. Renovação da comissão de serviço dos Procuradores da República Lics. **António Augusto Tolda Pinto** e **Fernando Martins Amaral** como coordenadores distritais de formação do Centro de Estudos Judiciários de, respectivamente, Porto e Coimbra.

Relator: Dr. Bilro Verão

O Conselho deliberou por **renovar** as comissões de serviço em causa.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Carlos Adérito Teixeira e José Carlos Fernandes.

9. Nomeação, em comissão de serviço, de Procurador-Geral Adjunto para o exercício de funções de coordenação e direcção da Comarca da Grande Lisboa Noroeste (artigos 90.º, n.º 1 da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto e 60.º, n.º 1 do Estatuto do Ministério Público).

Após apresentação pela Senhora Procuradora-Geral Distrital de Lisboa de proposta para o efeito, o Conselho deliberou, mediante escrutínio secreto, com 14 votos, **nomear** a Procuradora-Geral Adjunta Lic. **Maria de Fátima de Oliveira Duarte**.

10. Proposta de nomeação de Procurador da República Coordenador para o Tribunal de Trabalho do Porto (art.º 62º, 63º e 123º-A do Estatuto do Ministério Público).

O Conselho deliberou por unanimidade **nomear** para o cargo em questão o Procurador da República Lic. **Guilherme Gustavo Leal de Antas e Castro**.

11. Pedido de autorização para o Procurador da República Lic. **Paulo Augusto Guarda de Oliveira Ferreira** exercer, em comissão de serviço, o cargo de Subinspector-Geral da Administração Interna, nos termos do art.º 4º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 58/2012, de 14.03.

O Conselho deliberou por unanimidade **autorizar** a comissão de serviço em causa.

DESTACAMENTOS

- 12.** Proposta de destacamento do procurador-adjunto Lic. Rosário Gil Monteiro Óscar Ferreira para a comarca de Ponta do Sol – ratificação, a vigorar até à produção de efeitos do próximo movimento geral de magistrados do Ministério Público.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou por unanimidade, fundado em razões de serviço, **confirmar a autorização** do destacamento em causa.

- 13.** Pedido de destacamento cruzado provisório entre os procuradores-adjuntos Lic. **Raquel dos Santos Carneiro Gonçalves** e o Lic. **Manuel José Ruaz Martins**, a vigorar até à produção de efeitos do próximo movimento anual de magistrados do Ministério Público.

Relator: Dr. Pinto Nogueira

O Conselho deliberou por unanimidade **confirmar a autorização** do destacamento em causa.

- 14.** Proposta de destacamento da Procuradora da República Lic. **Ana Carla Mendes de Almeida** para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal, a vigorar até à produção de efeitos do próximo movimento anual de magistrados do Ministério Público.

O Conselho deliberou **autorizar** o destacamento em causa.

Votaram contra os Senhores Drs. Alfredo Castanheira Neves e José Carlos Fernandes, por entenderem que tal colocação deveria ser antecedida de publicitação de concurso.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Carlos Adérito Teixeira, Isabel Varanda Fernandes e Euclides Dâmaso.

- 15.** Proposta de destacamento para a Procuradoria-Geral da República do procurador-adjunto Lic. **Manuel Eduardo Aires Magriço**.

Relator: Dr. Pinto Nogueira

O Conselho deliberou **autorizar** o destacamento em causa.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Barradas Leitão e José Carlos Fernandes.

LICENÇAS

- 16.** Requerimento apresentado pelo Procurador-Adjunto Lic. **Manuel Filipe Leal** para renovação da licença sem vencimento de curta duração concedida desde 26 de Abril de 2011.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou por unanimidade **renovar** a licença sem vencimento concedida ao magistrado em causa, pelo período de um ano, a contar desde 26 de Abril de 2012.

- 17.** Pedido de renovação da licença especial concedida ao Procurador da República Lic. **António José de Sousa Ferreira Vidigal** para exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau.

Relator: Dr. Euclides Dâmaso Simões

O Conselho deliberou por unanimidade **autorizar a renovação** dessa licença pelo pretendido período de dois anos, com efeito a partir de 1 de Junho de 2012.

REQUERIMENTOS

- 18.** Requerimento do procurador-adjunto na comarca de Oeiras Lic. **Rui Miguel Pereira Cardoso** para, nos termos da legislação aplicável e considerando o cargo de Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, lhe ser concedida redução da distribuição de serviço.

Relator: Dr. Castanheira Neves

O Conselho deliberou por unanimidade **deferir** o requerimento apresentado, concedendo a redução em 60% da distribuição do respectivo serviço na comarca de Oeiras.

19. Pedido de autorização para o Lic. **Francisco Moreira Maia Neto**, procurador-geral adjunto a exercer funções de Inspector do Ministério Público, supervisionar grupo de acompanhamento e apoio às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) instaladas no Norte do País.

Relator: Dr. Paulo de Sousa

O Conselho deliberou **conceder a autorização** em causa.

Votaram contra os Senhores Drs. Alberto Pinto Nogueira, Alfredo Castanheira Neves, Nuno Soares Oliveira e José Carlos Fernandes, por entenderem que tais funções poderão prejudicar a eficácia no exercício das funções de Inspector do Ministério Público.

20. Exposições subscritas por advogada, tendo em vista a eventual instauração de procedimento disciplinar a magistrados do Ministério Público por terem proferido despachos de arquivamento em diversos inquéritos penais, resultantes de denúncias por aquela apresentadas, sem que, nas sua perspectiva, tivesse sido levada a cabo uma verdadeira investigação.

Relator: Dr. Carlos Adérito Teixeira.

O Conselho deliberou por unanimidade que a actuação dos magistrados do Ministério Público no âmbito dos inquéritos assinalados não apresentam relevância disciplinar, por se não descortinar a violação de qualquer dever profissional (art.º 163º do EMP e art. 3º do EDTEFP) e, por conseguinte, inexistir fundamento para o Conselho Superior do Ministério Público adoptar qualquer medida de natureza disciplinar ou gestionária e, bem assim, encetar qualquer procedimento nas situações equacionadas.

RECLAMAÇÕES

21. Reclamação apresentada por Procuradora-Adjunta de acórdão de 5 de Maio de 2010 da 2.ª Secção de Classificação e Mérito, que lhe atribuiu a classificação de Bom Com Distinção.

Relator: Dr. Luís Verão

O Conselho deliberou por unanimidade **deferir** a reclamação e, em consequência, revogar o acórdão em causa e atribuir à magistrada em questão a classificação de *Bom com distinção*.

- 22.** Reclamação apresentada por Procuradora-Adjunta de acórdão da 2.ª Secção de Classificação e Mérito de 18 de Janeiro de 2011, que lhe atribuiu a classificação de Bom Com Distinção.

Relator: Dr. Luís Verão

O Conselho deliberou por unanimidade **indeferir** a reclamação e, em consequência, manter o acórdão reclamado.

- 23.** Reclamação apresentada por Procuradora-Adjunta de acórdão da 1.ª Secção de Classificação e Mérito de 18 de Janeiro de 2011, que lhe atribuiu a classificação de Bom.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou por unanimidade **indeferir** a reclamação e, em consequência, manter o acórdão reclamado.

- 24.** Reclamação apresentada por Procurador da República de acórdão da 2.ª Secção de Classificação e Mérito de 27 de Setembro de 2011, que lhe atribuiu a classificação de Bom Com Distinção.

Relator: Dr. Luís Verão.

O Conselho deliberou **deferir** a reclamação e, em consequência, revogar o acórdão em causa e atribuir ao magistrado em questão a classificação de *Muito Bom*.

Votaram pela revogação do acórdão e subida de classificação para Muito Bom os Senhores Drs. Henrique Dias Silva, Francisca Van Dunem, Pinto Nogueira, José Carlos Fernandes, Isabel Varanda Fernandes, Catarina Elvas, e Carlos Adérito Teixeira.

Abstiveram-se o Senhor Procurador-Geral da República e os Senhores Drs. Nuno Oliveira, André Miranda, Castanheira Neves e Antero Taveira.

O processo foi redistribuído ao Senhor Dr. Alberto Pinto Nogueira.

ESTÁGIOS

25. XXIX Curso Normal de Formação de Magistrados – Planos Individuais de Estágio.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou por unanimidade **homologar**, nos termos do artigo 60º, n.º 3 do Regulamento Interno do CEJ, os planos individuais de estágio referentes a todos os procuradores-adjuntos em regime de estágio provenientes do XXIX Curso Normal de Formação – Via Profissional.

DIAP PORTO

26. Instalações do Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto - condições de segurança e salubridade.

O Conselho, tendo tomado conhecimento da situação das instalações do DIAP do Porto, na sequência de comunicação do Senhor Procurador-Geral Distrital do Porto, deliberou representar ao Ministério da Justiça a necessidade de efectivação da intervenção urgente já determinada pelo Ministério da Justiça.

MOVIMENTO MAGISTRADOS

27. No final da reunião, e fora da tabela, o Senhor Dr. José Carlos Fernandes suscitou uma questão relacionada com a necessidade de realização de movimento de magistrados, tendo o Conselho deliberado a realização de movimento de magistrados em Julho para produzir efeitos a 1 de Setembro próximo, bem como nomear para o grupo de trabalho incumbido de preparar o projecto de movimento a Senhora Vice-Procuradora-Geral da República e os Senhores Membros Permanentes do Conselho, Drs. Barradas Leitão e José Carlos Fernandes.